
EDUCAÇÃO FÍSICA

ANDRESSA BRAW BRITO PEREIRA

**As políticas para a educação física escolar e esporte
durante o regime militar**

ANDRESSA BRAW BRITO PEREIRA

**AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E ESPORTE
DURANTE O REGIME MILITAR**

Orientador: José Roberto Gnecco

Coorientador: Américo Valdanha Netto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

**Rio Claro
2021**

P436p

Pereira, Andressa Braw Brito

As políticas públicas para a educação física escolar e esporte durante o regime militar

/ Andressa Braw Brito Pereira. -- Rio Claro, 2021

41 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientador: José Roberto Gnecco

Coorientador: Américo Valdanha Netto

1. Educação física escolar. 2. Esporte. 3. História da educação. 4. Regime militar no Brasil. 5. Políticas públicas. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente eu ainda tinha algumas resistências para escrever esses agradecimentos, principalmente pelo fato de tê-los feitos de forma direta e pessoal. Mas pensando melhor, acredito que aqui possa ser um espaço interessante para o registro desse momento tão importante na vida de um graduando, que é a escrita do TCC. Nesse cenário, o ato de agradecer se fez muito presente

Durante esse processo eu busquei incansavelmente a prova para si mesma de que eu seria capaz de concluir essa etapa da vida, de forma independente e autônoma. Risos. Ledo engano. Dessa forma, e com olhos marejados, afirmo: O maior aprendizado que eu tive durante a realização desse trabalho não foi sobre o tema aqui estudado. Longe disso. Aprendi que muitas coisas a gente até é capaz de fazer sozinhos, mas em certos momentos não somos nada sem a ajuda um do outro. Primeiro pelo alívio, que pra mim, quando recebi ajuda já estava na beira do abismo; e segundo, e mais importante, o estreitamento das minhas relações. Há alegria maior do que ser ajudado em momentos difíceis? Há prova maior de amor e carinho do que alguém te ajudar? Deve ter, mas agora, essa me basta.

Primeiro eu gostaria de agradecer aos meus pais. Rosa Alves de Brito e Lomanto Jose Pereira. Os grandes responsáveis também pelo o que eu sou e o que vai ser de mim. Obrigada pelo suporte e carinho ao longo desses 23 anos de minha existência. Sem vocês, com toda certeza, eu não estaria aqui. Foi o trabalho árduo de vocês que me deu acesso a uma educação de qualidade. Foi todos os ensinamentos que vocês me passaram que permitiu a construção dos meus princípios. Foi o apoio as minhas escolhas, mesmo que divergentes dos seus desejos, que me permitiram estar aqui. Obrigada.

Em segundo lugar, e a partir daqui sem uma ordem de grau de importância, eu gostaria de agradecer as minhas colegas de república Pocas e Boas. À Juliana Lodder: Obrigada pela recepção e incentivo, principalmente sobre a licenciatura. À Sara Furlan: Obrigada pelas orações e carinho. À Marcela Villiod: Obrigada pelo exemplo em competência acadêmica. À Thyanne Bezerra: Obrigada pelas longas conversas sobre Universo, Física, Dança, etc. Você não sabe o quanto isso ampliou minha visão de mundo. À Ana Beatriz Aguiar: Obrigada pelo companheirismo, as risadas, os incentivos do tipo: “Amiga, bora pra aula”, as caminhadas, literais e figurada, compartilhada pela graduação. À Marcela Serantola: Obrigada pela recepção, ajuda no entendimento desse universo chamado graduação, incentivos do tipo: “Andressa, pelo amor de deus, termina logo esse TCC”, apoios e puxões de orelha. E a todas elas: Obrigada pela diversão. A gente soube se divertir, né?!

Gostaria de agradecer também ao meu psicólogo, Eslen Delanogare. Excelente profissional e sem ele e a TCC, realmente não haveria TCC pronto (badunts). Ao meu querido amigo, Renan Barreto, obrigada pelas risadas, paciência ao me ensinar praticamente todas as disciplinas de biológicas, incentivos e principalmente pelo exemplo. Seu comprometimento, inteligência e responsabilidade me serviram de modelo e parâmetro. À minha querida amiga Isabella Bacci pelo apoio e incentivo durante a escrita do TCC. E à Marcela Balbino, que literalmente pegou minha mão e me ajudou a iniciar, desenvolver e terminar esse trabalho. Sem seu carinho, cuidado, ensinamentos e exemplos de determinação, organização e responsabilidade, eu também não teria concluído o TCC.

O agradecimento cabe aos funcionários e professores da UNESP. Destaco a Professora Dr.^a Cynthia Yukiko Hiraga pela excelência em seu ofício e pelos aconselhamentos, inclusive sobre esse trabalho. O Professor Dr.^o Américo Valdanha Netto que, como coorientador, se disponibilizou em meio a tantos outros compromissos e pacientemente me ensinou muito. Ao Professor Dr.^o José Roberto Gnecco, que me acolheu como orientador e abriu os horizontes da educação física ao me ensinar tanto sobre gestão em suas disciplinas.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	8
1.1.	OBJETIVO	10
1.1.1.	Objetivos Específicos:	10
1.2.	METODOLOGIA.....	11
2.	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	13
2.1.	Governo Castelo Branco (1964-1967).....	13
2.2.	Governo Arthur da Costa e Silva (1967-1969).....	14
2.3.	Governo Emílio Médici (1969-1974).....	15
2.4.	Governo Geisel (1974-1979).....	16
2.5.	Governo Figueiredo (1979-1985).....	17
3.	A EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR	19
4.	A EDUCACAO FÍSICA ESCOLAR E O ESPORTE DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR	21
5.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
5.1.	Fortalecimento da Educação Física e do Esporte?	29
5.2.	Biologização da Educação Física	30
5.3.	Esportivização da Educação Física.....	31
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7.	REFERÊNCIAS	35
7.1.	REFERÊNCIAS CONSULTADAS	40

RESUMO

O período do regime militar ocorreu entre 1964 e 1985 e nele as Forças Armadas exerceram total controle sobre o aparelho do Estado, os campos educacional e cultural, como qualquer outro, foi utilizado de modo que suas necessidades - enquanto regime autoritário - obtivessem respaldo. O objetivo deste trabalho foi o de resgatar esse momento histórico e analisar as suas políticas públicas para a educação física escolar e o esporte. Para tanto, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica, utilizando-se de legislações, livros e artigos científicos sobre o tema de estudo. Após o emprego da técnica de Análise do Conteúdo sobre as políticas públicas, as categorias “Fortalecimento da Educação Física?”; “Esportivização da Educação Física” e “Biologização da Educacao Física” emergiram.

Palavras-chave: História da Educação Física. Políticas Educacionais. Regime Militar no Brasil.

ABSTRACT

The period of the military rule in Brazil occurred between 1964 and 1985, when the Armed Forces exercised total control over the state apparatus and the educational and cultural fields, like any other, were exploited in such a way that their needs - as an authoritarian regime - were backed. This study's objective was to recollect this historic moment and analyze its public policies for school physical education and sport. Towards this end, documentary and bibliographic research was done using legislation, books and scientific articles on the subject of study. After using the Content Analysis technique, the categories "Strengthening Physical Education?"; "Sportivization of Physical Education" and "Biologization of Physical Education" emerged.

Keywords: History of Physical Education. Educational Policies. Military regime in Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A ascensão dos militares ao poder ocorreu anteriormente à ruptura institucional de 1964. Fomentada pela crise política iniciada pelo Regime Parlamentarista, onde o então presidente João Goulart e sua agenda voltada a redução das desigualdades sociais, as quais geraram descontentamentos por parte das parcelas mais conservadoras da sociedade, a união dessas forças contrárias e a consumação de sua saída do poder ocorreram. A partir de então até 1985 a história do Brasil ficava marcada por um extenso período de Regime Militar. Nele os governadores construíram uma agenda baseada no desenvolvimento econômico, a partir de pressupostos capitalistas, na hegemonização e na própria legitimação.

As áreas da educação e da cultura sofreram fortes intervenções por parte dos militares. Nelas foram inclusas as necessidades e anseios desse grupo. Nesse sentido, a educação física escolar e o esporte também foram atingidos. A literatura aponta para uma tendência de instrumentalização dessas áreas a fim de, não somente realizar uma manutenção do status quo, mas sua legitimação através do sucesso do esporte de rendimento, por exemplo. Ou seja, há fortes evidências de que há uma relação direta entre as agendas econômico-social e da educação física.

Portanto, o presente trabalho buscou resgatar as políticas públicas para a educação física escolar e o esporte desenvolvidas durante esse período para então analisá-las e melhor compreender essa possível relação com o dado contexto histórico. E não só isso, esta pesquisa colabora para o entendimento da área, e apesar da existência de diversas produções acadêmicas acerca do tema aqui estudado, ela busca resgatá-las e analisá-las em sua totalidade. Esse processo não só contribui para a retomada de parte de nossa história, a qual foi extremamente relevante para a área, mas para compreender a nossa atualidade. Visto que vivemos em tempos em que o conservadorismo vem cada vez mais ganhando forças novamente.

Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica, para a contextualização, e documental para as políticas públicas. Por se tratar de documentos sem qualquer tratamento científico, elas passaram pela técnica de análise de conteúdo, das quais emergiram 3 categorias: “Fortalecimento da Educação Física?”, “Biologização da Educação Física” e “Esportivização da Educação Física”.

Sendo assim, nos primeiros capítulos desse trabalho é possível compreender os objetivos, a metodologia empregada, a qual engloba essas pesquisas e técnica supracitadas, e se aprofundar nas contextualizações. Sendo o Capítulo 2, 3 e 4 voltados para o contexto histórico, a educação e a educação física escolar e o esporte respectivamente.

Já no Capítulo 5, dedicado aos resultados e discussões, é possível encontrar as 3 categorias supracitadas, as quais são discutidas a luz da visão marxista, que coerentemente envolve o objetivo desse trabalho, ao reconhecer o Estado e suas ações políticas como decisórios no sentido de manutenção das relações de poder. Por fim, no Capítulo 6, as considerações finais apontam para um sentido positivo, mas não conclusivo, devido as limitações do presente trabalho e da bibliografia existente, a qual possui uma deficiência de trabalhos historiográficos.

1.1. OBJETIVO

Analisar as legislações do Regime Militar para a Educação Física Escolar e Esporte a fim de estabelecer a sua relação com o plano político-econômico-social dos militares.

1.1.1. Objetivos Específicos:

Para alcançar o objetivo principal, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o contexto sócio-histórico;
- Compreender a influência desse contexto para a área da Educação, da Educação Física Escolar e do Esporte.
- Analisar as legislações elaboradas para a Educação Física Escolar e o Esporte;
- Estabelecer a relação entre as legislações analisadas e o plano político-econômico-social do Regime Militar.

1.2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada tem um caráter qualitativo, sendo ela uma revisão bibliográfica. Segundo Fonseca (2012) esse tipo de pesquisa é realizado a partir da investigação de toda bibliografia já existente, reunindo as colaborações de diversos autores sobre o tema estudado. Portanto, para a coleta de dados, em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica.

Nela foi buscado livros, teses e artigos científicos para compreender e conceitualizar o contexto histórico e suas implicações para a área estudada. Para isso foi necessário delimitar as bases de dados (Athena¹, Portal de Periódicos da CAPES e Google Scholar), nas quais foram buscados os seguintes termos: "História do Brasil"; "Regime Militar"; "Ditadura Militar no Brasil"; "Educação AND Ditadura Militar", "Educação Física AND Ditadura Militar" e delimitar os critérios linguísticos e cronológicos, somente obras em português e escritas desde o ano de 1964 em diante.

A partir dessa busca, os dados foram selecionados conforme Salvador (1986) orienta: *a priori*, através de uma leitura de reconhecimento (realizada de forma rápida e com o objetivo de localizar e selecionar os dados que interessam para a pesquisa); e *a posteriori*, através de uma leitura exploratória e seletiva (manuseando os dados e buscando pelos materiais de real interesse, identificando as relações com o tema estudado e descartando aqueles que não interessam). Uma vez selecionados, os dados passaram pelas etapas de leitura reflexiva e interpretativa, buscando ordenar, aprofundar e associar as informações; e finalmente, pela síntese.

Tratando-se das políticas públicas, foi realizada uma pesquisa documental, com o objetivo de buscar as legislações feitas para a educação física escolar e o esporte, no dado momento histórico aqui estudado. As legislações encontradas, por se tratarem de um conteúdo sem qualquer tratamento científico (OLIVEIRA, 2007), foram analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

A técnica possui 3 etapas distintas, sendo a primeira delas denominada Pré-Análise. Nela foi realizada uma leitura rápida dos dados, a fim de familiarizar-se e realizar a escolha daqueles a serem analisados. O procedimento adotado para a escolha foi baseado exclusivamente nos objetivos deste trabalho. Portanto, de um total de 32 documentos encontrados, apenas 19 continuaram nessa etapa. A partir disso, com o resgate da pesquisa

¹ Somente para livros disponíveis na Biblioteca da UNESP, Campus de Rio Claro.

bibliográfica sobre contexto sócio-histórico, hipóteses foram formuladas, a fim de nortear o processo de destaque das Unidades de Registro (UR), que são palavras ou frases relacionadas ao objetivo desta pesquisa, totalizando 168 UR's destacadas, das quais surgiram os indicadores.

Desse modo, com o término da primeira etapa, a Exploração pôde ser realizada. Nessa segunda etapa, as categorias foram elaboradas através do agrupamento dos indicadores, resultando em um total de 3 categorias (“Fortalecimento da EF e do Esporte?”; “Biologização da Educação Física”; e “Esportivização da Educação Física”). E finalmente, na última etapa, denominada Tratamento, as categorias passaram por duas sub etapas: as inferências e a interpretação. Nelas foi possível não somente traçar os documentos, mas identificar as possíveis informações implícitas contidas neles, ambas descritas nos Resultados.

2. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

O período do Regime Militar no Brasil iniciou-se a partir da crise do Regime Parlamentarista, criado para viabilizar a posse de João Goulart após a renúncia do então Presidente, Jânio Quadros (NAPOLITANO, 2014). Iniciado em setembro de 1961, João Goulart assumiu a Presidência e com a forte oposição dos setores mais conservadores da sociedade às suas políticas denominadas “reformas da base”, foi deposto de seu cargo através de um processo de ruptura institucional, o qual, sob o pretexto de que seu governo inflamava a implantação do comunismo no Brasil, consumou sua execução com as colaborações cívicas, militares e de forças, tanto internas, como alguns governadores brasileiros, quanto externas, como o governo dos Estados Unidos (FAUSTO, 2003).

Dessa forma, em 31 de março de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco e seus aliados consolidaram a ascensão dos militares ao poder, a qual tinha como premissa a proteção da então suposta ameaçada democracia, afirma Fausto (2003). A partir dessa data até o ano de 1985, pela primeira vez, as Forças Armadas exercem total controle sobre o aparelho do Estado.

Diferentemente das demais ditaduras ocorridas na América Latina, o regime militar brasileiro buscou legitimar-se por meio da jurisdição. A criação dos Atos Institucionais (AI), os quais se definem como normas impostas pelo presidente ou representantes das forças armadas sem atuação popular ou do legislativo, viabilizou o exercício do projeto político dessa classe, uma vez que o Poder Executivo se coloca acima dos demais. (BECHARA; RODRIGUES, 2015).

Segundo Fausto (2003), em 9 de abril de 1964, o primeiro AI veio nesse sentido. Redigido por Francisco Campos, estabelece eleições indiretas para presidente; enfraquece o Poder Judiciário ao possibilitar a suspensão de direitos políticos e cassar mandatos legislativos por via direta do presidente. O Poder Legislativo também não saiu ileso. Mesmo que aberto, o Congresso passou a ter seu campo de ação reduzido.

2.1. Governo Castelo Branco (1964-1967)

Após a ascensão dos militares ao poder, o general Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência em 15 de abril de 1964, por meio de votação indireta (assentida pelo primeiro AI). O grupo Castelista era predominantemente composto por homens ligados diretamente e indiretamente à Escola Superior de Guerra (ESG), da qual o general foi diretor do Departamento de Estudos.

O plano político interno deste grupo estava voltado para a manutenção de uma "democracia restringida" (FAUSTO, 2003) e o externo, intimamente ligado aos interesses norte-americanos, devido ao recente apoio recebido (LOPES, 2019). Já o econômico, havia uma grande preocupação com o comunismo, levando-os a reformarem e impulsionarem o sistema econômico capitalista.

Apesar da caracterização do Castelo Branco como "moderada" e mais branda, a sua complacência com os "linhas duras" é criticada por Fico (2004) e, na mesma direção, Alves (2005) aponta a prática da "política de repressão" desde os primeiros meses de regime, com cerca de 50.000 prisões realizadas, as quais contribuíram com a "operação limpeza", que, apesar de ter seu enfoque em reprimir membros do serviço público, extrapolou para a população.

Uma das primeiras referências de natureza ditatorial para o regime ocorreu neste mandato, o Ato Institucional n.2 (AI-2). Diante dos atritos entre o Executivo e o Judiciário; da "moderada oposição" gerada pela eleição de governadores da coligação PSD/PTD em dois dos então principais estados, Minas Gerais e Guanabara; e da fracassada tentativa de emenda Constitucional, no dia 27 de outubro de 1965, o presidente decretou o AI-2 (REIS, 2014) e doravante ele detinha um maior poder (TORRES, 2019). Com o AI-2 o sistema multipartidário é extinguido, passando a existir somente dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

2.2. Governo Arthur da Costa e Silva (1967-1969)

Conforme a tendência apontada por Fausto (2003) de que os militares mais "linhas duras" eram também mais nacionalistas, o general Arthur da Costa e Silva opunha-se à afinidade entre o Governo de Castelo Branco e os Estados Unidos. Assim sendo, os ministérios foram remanejados com a sua chegada ao poder. Para um maior número de militares foram atribuídos cargos importantes, o que sucedeu a exclusão total do grupo Castalista.

Ainda, Fausto (2003) aponta um novo destaque da oposição logo em 1968. Diante da então conjuntura mundial, de grandes manifestações e anseios de mudança, em território nacional não poderia ser diferente. O cenário cultural efervescia e por efeito de um trágico acontecimento durante uma manifestação no Rio de Janeiro, a morte do estudante Edson Luís, a mobilização social pela democracia tomou proporções ainda maiores. Como frutos dessa mobilização pode-se destacar a passeata dos 100 mil e as greves operárias. Essa última impulsionou ainda mais a ideia de se construir uma luta armada contra o regime.

Carlos Marighella surge como um nome importante nesse cenário. Após seu rompimento com o PCB, justamente pela divergência de ideias no que tange a luta armada, ele,

a favor dela, criou a Aliança de Libertação Nacional (ALN). Essa nova frente, acompanhada de outras, realizaram expropriações e uma série de outras ações, sendo o atentado ao Consulado Americano seu marco inicial (NAPOLITANO, 2014). Outro acontecimento importante durante esse governo foi o discurso defronte aos militares do deputado Márcio Moreira Alves. O discurso per se não se propalou de fato, porém a sua repercussão entre os ministros militares gerou um processo contra o deputado.

Muitos autores (PITTS, 2014; FAUSTO, 2003; PÁDUA, 2012; NAPOLITANO, 2014) consideram a "vitória" de Moreira Alves no Congresso, com a suspensão de sua imunidade negada, o estopim para a promulgação do AI-5. Com este Ato - o primeiro a não ter sua vigência predeterminada - Costa e Silva fechou o congresso e passou a ter o poder de cassar mandatos, de demitir servidores públicos, entre outros. Além disso, a censura e a tortura passaram a ser cada vez mais recorrentes. Evidenciando a mudança de rumo do Governo Costa e Silva, de mais branda para uma "repressão sistemática" (NAPOLITANO, 2014).

Durante seu governo, Costa e Silva pode se aproveitar da boa fase econômica, que se construiu muito mais como resultado do cenário mundial próspero do que das políticas econômicas de seu governo ou do governo anterior. Um de seus proveitos, diante da grande oferta de empregos e de outros deleites econômicos, foi o aquietamento da oposição e da classe média que não possuía um posicionamento político definido (NAPOLITANO, 2014).

Após complicações médicas, que o impediram de exercer o cargo, Costa e Silva foi substituído pela junta militar através do AI-12. Neste caso, o vice-presidente, Pedro Aleixo, não assumiu o cargo por diversos motivos, sendo um deles a sua declarada oposição ao AI-5. No curto período de tempo em que a junta militar esteve no poder, a repressão resume a maneira de governar desse grupo, exibida pelo AI-13 e AI-14, cujas prescrições possibilitaram o banimento de território nacional e a pena de morte, respectivamente (FAUSTO, 2003).

2.3. Governo Emílio Médici (1969-1974)

De acordo com Fausto (2003), o general Emílio Médici sucedeu à junta militar em outubro de 1964 e com ele o governo foi dividido entre as áreas militar, econômica e política. Foi durante a sua governança que a oposição declinara, produto da repressão, do distanciamento e aversão da população aos grupos armados e da conjuntura econômica favorável. O governo Médici se destacou pela propaganda, em particular, pois através dela ele foi capaz de controlar a população. Período evidenciado pelos bordões "Brasil grande potência" e "Ninguém segura este país".

Dado o então farto cenário econômico mundial, o Brasil realizou empréstimos e foi alvo de grandes investimentos vindos do estrangeiro, juntos ao crescimento do comércio exterior, marcaram o conhecido período milagroso. Segundo Napolitano (2014), apesar do aumento do PIB as desigualdades só aumentaram com programas sociais postergados. Além disso, de um lado os trabalhos que exigiam baixa qualificação sofreram arrochos salariais e do outro uma valorização expressiva em cargos administrativos e publicitários.

Claramente o desenvolvimento econômico foi marca expressiva desse período, não ditado de forma liberal, uma vez que o Estado estava ativamente intervindo, mas pelo capitalismo. Marca evidente desse sistema, tantas obras gigantescas como a Rodovia Transamazônica, que tinha como objetivo a distribuição geográfica dos povos nordestinos, além de impactar negativamente o meio ambiente, revelou-se um enorme fracasso, não chegando a ser concluída (FAUSTO, 2003).

2.4. Governo Geisel (1974-1979)

O general Ernesto Geisel foi o primeiro escolhido pelo Colégio Eleitoral para ocupar o cargo da presidência por via da emenda nº 1 da Constituição de 1967. Sua eleição representou uma derrota para o grupo dos "linha duras", uma vez que Geisel estava intimamente ligado ao grupo dos Castelistas. Durante seu mandato, a abertura política passou a ser uma questão, ainda não forte, por se tratar de algo que era extremamente rejeitado pelos grupos militares mais conservadores.

Porém, a oposição também exercia seu papel, pressionando o presidente. Dessa forma, Geisel precisou apaziguar ambos os extremos. Após a grande repercussão da morte do jornalista Vladimir Herzog, Geisel que já era incomplacente com a linha dura, passou a assumir sua posição, acabando por exemplo, com a prática da tortura no DOI-CODI. Ainda assim, a violência e a tortura não deixaram de existir.

O "pacote de abril" foi medidas tomadas pelo presidente para amenizar o enfraquecimento da Arena - após as derrotas nas eleições municipais de 1976, onde o MDB levou vantagem, principalmente nos estados mais desenvolvidos - e a minoria no Congresso, a qual impediu algumas alterações na Constituição. Essas medidas levaram ao fechamento do congresso de forma temporária, ao passo que o governo se encaminhava para maiores aberturas.

Nessa caminhada, a emenda constitucional nº 11 vigorada no início de 1979 enfraqueceu os Atos institucionais, tendo como alvo o AI-5. Doravante, cassar mandatos, privações de direitos, entre outros já não era um poder do Executivo. Entretanto, para controlar a "ordem pública e a paz social", nessa mesma emenda, o governo poderia implementar medidas

emergenciais em estado de emergência. Já nesse ano a população e a imprensa estavam menos oprimidas.

Quanto à economia, indicativos como o PIB apontam um crescimento durante esse período. Porém a dívida externa só aumentava conforme a taxa internacional de juros também crescia. Além disso, destaca-se a apresentação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Nele sustentava-se a grande preocupação em manter o desenvolvimento econômico e havia grandes incentivos na produção de bens de capital e nas empresas estatais, tal como a Petrobras.

2.5. Governo Figueiredo (1979-1985)

Segundo Fausto (2003), o general João Batista Figueiredo sucedeu ao Geisel ainda com o objetivo de seguir a abertura política. Destaca-se a lei da anistia, que apesar de controversa, dada a sua abrangência aos militares praticantes de tortura, proporcionou o retorno de exilados. Um marco para a liberdade pública. Entretanto a linha dura resistia. Episódios de bombardeios ocorreram, os quais obtiveram uma investigação dúbia, inocentando os responsáveis. Frente à caminhada de abertura, os problemas econômicos despontavam.

Foi em seu governo que o PIB diminuiu, refletindo as crises do petróleo e da dívida externa. A política econômica visando o desenvolvimento desacelerou. Os investimentos em estatais e privados sofreram cortes e a taxa de juros crescia. A estagnação econômica era evidente. Somente no ano de 1984 esse quadro começou um pouco a se reverter. As exportações voltaram a crescer e o preço do petróleo diminuiu, porém, a inflação, que era de 40,8% em 1978, aumentou drasticamente para 223,8% em 1984 e a dívida externa, de 43,5 bilhões, foi para 91 bilhões (FAUSTO, 2003).

Ainda Fausto (2003), o autor afirma sobre cenário político, que a sua abertura lenta começou a surtir efeito. Em 1979 foi aprovada a Nova Lei Orgânica dos Partidos. Essa foi uma tentativa de enfraquecer a oposição, com ela os dois partidos existentes, a Arena e o MDB, foram extinguidos e passaram a se chamar Partido Democrático Social (PDS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). As diferentes ideologias começaram a surgir, o que movimentou o cenário dos partidos com o surgimento de novos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP).

As diferenças ideológicas emergentes não se restringiram aos partidos, na área sindical ela também repercutiu com duas principais novas correntes, uma mais agressiva e íntima ao PT, que defendia a mobilização dos trabalhadores e outra que priorizava a abertura política frente a ação sindical (FAUSTO, 2003).

O movimento em prol das eleições diretas iniciou-se a partir de 1983. Inicialmente, pequeno e limitado aos partidos políticos, mas logo no ano seguinte seu crescimento rápido atingiu a população de forma consistente. Para que ela ocorresse de fato, dependia-se da aprovação do Congresso em alterar a Constituição e lá, o PDS ainda ocupava a maioria das cadeiras. Dessa forma, a emenda que previa as eleições diretas não passou e a corrida presidencial ficou mantida no Colégio Eleitoral, mas desta vez com o poder de decisão dos militares reduzido (FAUSTO, 2003).

A eleição presidencial indireta ocorreu no início de 1985. De um lado tínhamos Paulo Maluf e seu vice Flávio Marcílio, ambos do PDS. Do outro, a chapa Tancredo Neves e José Sarney, ambos do PMDB com apoio do Partido da Frente Liberal (PFL), formando a Aliança Democrática, e com uma ampla vantagem saíram vitoriosos. Marcando assim, o fim do regime militar (FAUSTO, 2003).

3. A EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR

O capítulo anterior forneceu uma síntese geral de como se deu o regime militar. Nele pudemos observar: a heterogeneidade dos militares que assumiram o poder (divididos em grupos Castelistas, a linha-dura e os nacionalistas); o autoritarismo; o forte intervencionismo político-econômico; os mecanismos de legitimação, censura e tortura e; a atuação da oposição. Porém cabe aprofundar-se na atuação dos militares na área da educação para melhor compreendermos o tema aqui explorado.

Os interesses político-econômicos dos cinco generais que governaram o país durante o Regime Militar não se restringiram a si mesmos e extravasaram para outros setores, como o da educação (DOS SANTOS, 2014). A área sofreu diversas interferências, tendo elas a finalidade de se atender tais interesses, desviando-se de seus reais objetivos e criando laços cada vez mais íntimos com a lógica capitalista e as necessidades do mercado de trabalho (GHIRALDELLI JR, 2018).

Uma primeira marca expressiva para a área da Educação foram os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a *Agency for International Development* (Acordos MEC-Usaid). Totalizando um número de doze acordos realizados entre os períodos de junho de 1964 e janeiro de 1968 (JUNIOR, 2009), a Educação brasileira passa a atender interesses de um grupo específico de norte-americanos, o qual defendia a disseminação e implantação da teoria do capital humano.

Em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado. Após sucessivos desmontes das diversas iniciativas alfabetizadoras - motivados principalmente pelo antagonismo ideológico ao método de alfabetização de Paulo Freire, o qual, não apenas alfabetizava, mas desenvolvia criticidade - o Mobral é inserido a fim de monopolizar e controlar a educação de jovens e adultos (DOS SANTOS, 2014). Uma vez que, para os militares, o analfabetismo era compreendido como um grande problema para o desenvolvimento do país, em direção oposta às ideias de Paulo Freire, as quais o entendiam como resultado das desigualdades, iniciou-se uma corrida para alfabetizar e gerar mão de obra para o mercado de trabalho (BELUZO, 2015).

Sob as premissas da teoria do capital humano, mencionada acima, na qual a educação formal desempenha um papel de grande importância para o desenvolvimento econômico e ideológico liberal e tecnocrático, reformas educacionais surgiram. Nos anos de 1968 e 1971, o ensino superior e o ensino secundário sofreram mudanças. As universidades passaram, por exemplo, por "departamentalizações", contenções de recursos, separações entre unidades

profissionalizantes e de pesquisa, entre uma série de outras remodelações. Já no ensino secundário, o 2º Grau foi definido como profissionalizante. Dessa forma, formando técnicos, a disputa por vagas no ensino superior diminuiria. O currículo passou a ser de responsabilidade das instituições escolares, etc. (HILSDORF, 2003).

Sobre a "departamentalização", Ghiraldelli Jr (2018) apresenta fortes críticas, que, segundo ele, decorrente dela, “a matrícula por disciplina, o regime de créditos e a institucionalização do curso parcelado, completando uma estrutura pouco viável para um ensino universitário eficaz”, contribuíram também para a burocratização, o inchaço de disciplinas nos cursos e a inserção da mentalidade empresarial nas universidades. Ainda Ghiraldelli Jr (2018), sobre a mudança do 2º grau para profissionalizante, aponta como as instituições privadas contornaram a nova LDB que a previa, e mantiveram a preparação para o ensino superior, reforçando as diferenças no acesso à educação superior entre classes sociais. Outro ponto da LDB criticado pelo autor foi a política de formação de professores, que destinou os alunos que não obtiveram nota o suficiente para conseguir vagas em outras habilitações ao Magistério.

Durante o governo Médici, destaca-se: a repressão nas instituições de ensino foi reforçada com o Decreto Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, no qual estava previsto a demissão de professores que cometessem as infrações ali descritas. Estas ligadas a subversão. Além disso, o analfabetismo, bem como a evasão escolar e a produtividade do ensino, estava presente no Programa de Metas e Bases do Governo, proposto em 1970, no qual a educação ganhou destaque (NETO, 2015). No governo Figueiredo, o 2º grau já debilitado pela obrigatoriedade profissionalizante, ficou ainda mais descaracterizado após a Lei n. 7.044/82 revogar essa obrigatoriedade. As escolas públicas foram as mais afetadas.

4. A EDUCACAO FÍSICA ESCOLAR E O ESPORTE DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR

Ainda no campo da educação, como a educação física, enquanto componente curricular, se comportou diante de tamanhas mudanças? A mesma indagação é válida para o esporte. De acordo com Castellani Filho (1988), Ghiraldelli Junior (1988), Betti (1991), Bracht (1992) e Soareas et al (1992) (apud Rei e Lüdorf, 2012) há um forte consenso no meio acadêmico da área sobre a instrumentalização que a educação física e o esporte sofreram durante o regime militar.

Instrumentalização, essa, fundamentada principalmente pela necessidade de controle social através, também, da difusão ideológica. Aquelas já comentadas nos capítulos anteriores. Uma referência interessante foi a ampliação da área. O surgimento de cursos superiores para formação de professores foi evidente (REI e LÜDORF, 2012). Além disso, com a educação física obtendo grande atenção do poder público, ainda mais inserida nos currículos de todos os níveis de educação, de forma obrigatória, garantiu de certo modo o alinhamento dos profissionais que nela atuavam ao discurso militar (JÚNIOR, 2011). Outra grande influência para área nesse período foi o sistema desportivo tendenciado na Europa, lá utilizado como “base da cultura do corpo” (VALENTINA e NATALI, 2018; apud SOARES et. Al, 1992).

Batista e Gonçalves Junior (2010) buscaram compreender como se davam as aulas de educação física na escola durante o Regime Militar. Para isso eles realizaram entrevistas com alunos desse dado momento histórico e chegaram as conclusões de que o esporte era o conteúdo predominante, ao encontro de Bracht (2019) que afirma “Foi nas décadas de 60, 70 e 80 que o esporte passou a ser o conteúdo hegemônico da Educação Física escolar no Brasil”. E em torno disso, Monteiro (2009; apud DE CAMARGO E MEZZADRI, 2018) critica a intenção de formar atletas no âmbito educacional, uma vez que este fim não carrega consigo “princípios educativo ou sociais”.

Além disso os autores apontaram outra tendência nas aulas, a do preparo físico dos alunos, exemplificado também pela realização de exames biométricos. Sobre isso, Betti (2020) o reconhece ao apontar que “A aptidão física foi definida como referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física”. Por fim, os entrevistados também relataram outra problemática. As dispensas. Os alunos que não eram tão hábeis acabavam por optar pela não participação das aulas.

Sobre isso, Castellani Filho (1997, apud De Souza Júnior e Darido, 2009) infere sobre a lógica por trás das dispensas outorgadas pelo Decreto 69.450/71. Segundo ele, a facultatividade representava uma função não implícita da Educação Física de promover uma

força de trabalho e um desvio do que a instituição escolar representava, a racionalidade. Uma vez que os alunos com vínculo empregatício ou matriculados em cursos de pós-graduação estavam inclusos no grupo daqueles com o direito a dispensa.

Já no que se refere ao esporte, é importante destacar o grau de importância dado pelos militares ao esporte de alto rendimento em detrimento dos demais. Oliveira (2012) indica que os militares almejavam o sucesso no esporte como uma propaganda do regime, sendo o sucesso dele correlato ao êxito político. Além disso, Linhares (1996; apud CARVALHO, 2013) ressalta o aparelhamento ideológico daqueles encarregados de administrar o esporte. Segundo o autor, esses dirigentes “tinham a postura político-administrativa firmada no poder das técnicas de planejamento centralizado e da racionalidade”.

Ainda assim, o período do regime foi marcado pela ineficiência. O Brasil não possuía grandes conquistas a nível mundial e na mesma direção o autor expõe o fracasso nas Olimpíadas de 1972, na qual o Brasil ficou em 41º. E apesar da significativa vitória da Copa do Mundo em 1970, que para Santos (2015) foi encarada como um fator importante para a legitimação do então governo, a derrota na Copa de 1974 aconteceu.

Contrário a Santos (2015), Guterman (2004) enxerga controvérsias entre a Copa de 1970 e a apropriação desse sucesso pelo regime. Segundo o autor, há evidências de que, apesar da aprovação de Médici, o então presidente, a fim de legitimar-se, as comemorações realizadas em larga escala no país “podem ter servido para que os brasileiros, sutilmente, contestassem o regime”.

Quanto a organização das entidades esportivas, os militares mantiveram o Conselho Nacional de Desporto (CND) como entidade máxima. A maioria dos membros era indicada pelo presidente, mas também estavam integrados membros do Comitê Olímpico Brasileiro, das confederações esportivas e do Ministério da Educação e Cultura. Reforçando a ideia da existência de um monopólio político do esporte, calcado sob a instrumentalização da área (CARVALHO, 2013).

Outro ponto a ser discutido sobre o esporte é a interpretação de Castellani (1988, apud BUENO, 2012) sobre a inserção do esporte nos níveis superiores de ensino, promovida pelos militares, como uma tentativa de alienar os estudantes e enfraquecer a oposição desse grupo, e em contrapartida, Bueno (2012) interpreta esse fenômeno como uma mera promoção do esporte per se.

As implicações para a área do processo de abertura política que estava em curso ao final do regime militar foram identificadas por Bueno (2012) e Darido (2003). O primeiro aponta, por parte dos acadêmicos, duras críticas a hegemonia do esporte de alto rendimento ao passo

que os ideais da sociologia crítica no país ascendiam, analisando a alienação promovida pelo esporte. Já a segunda autora descreve o surgimento de modelos na educação física escolar adversos ao esportivismo e ao tecnicismo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados se deram a partir da Análise de Conteúdo dos documentos listados abaixo, na Tabela 1. Dada as características do período histórico aqui estudado, principalmente com as fortes evidências de instrumentalização das áreas da educação, educação física e esporte, vale-se o apoio da visão Marxista para a interpretação dos dados. Uma vez que, segundo Dagnino et al (2012), essa visão “aponta a influência dos interesses econômicos na ação política e vê o Estado como um importante meio para a manutenção do predomínio de uma classe social particular”.

Conforme ela foi sendo realizada, diversas "subcategorias emergiram", mas devido aos objetivos deste trabalho, apenas as 3 categorias, também listadas abaixo, foram delimitadas. Um primeiro ponto a ser destacado sobre elas é a precisão encontrada já nas Unidades de Registro (UR). Apesar do pouco surgimento delas em cada documento, salvo o Decreto 69.450 que contou com 17 UR's e os documentos mais extensos como o PNED e o Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil, as palavras e frases que foram destacadas carregavam consigo informações valiosas, cuja relação com o contexto sócio-histórico, em sua grande maioria, estava evidente.

Outro ponto a ser destacado é a fluidez com que as categorias interagem entre si. A principal ponte entre elas se dá através da hipótese de instrumentalização política da educação física como um todo, uma vez que a agenda governamental voltada a área também visava atender as necessidades de agendas maiores, como a da economia. Portanto, apesar dessa divisão, é importante compreender essa relação entre cada categoria e isso será possível notar ao decorrer da leitura, bem como observando a Figura 1.

#	Documento/ Legislação	Data	Ementa	Nº de UR	Categoria		
					Fortalecimento da EF e do Esporte?	Biologização	Esportivização
1	Decreto 54.215	27/08/1964	Considera os JUBs como atividade universitária regular.	1	X		X
2	Constituição Brasileira de 1967	24/01/1967	Art. 8º - Compete à União: XVII – legislar sobre: q) diretrizes e bases da educação nacional, normas gerais sobre desportos	1	X		
3	Decreto-Lei 594	27/05/1969	Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.	3	X		
4	Decreto-Lei 705	25/07/1969	Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.	2	X		X
5	Decreto 64.905	29/07/1969	Provê sobre a constituição de Grupo de Trabalho.	3	X		
6	Constituição Brasileira de 1969	17/10/1969	Manteve o mesmo para a educação física e o esporte que a Constituição Brasileira de 1967.	1	X		
7	Decreto 66.118	26/01/1970	Regulamenta o disposto no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.	4	X		
8	Decreto 66.296	03/03/1970	Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências.	5	X		
9	Decreto 66.967	27/07/1970	Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura.	1	X		
10	Decreto 68.702	03/06/1971	Dá nova redação ao artigo 15 do Decreto nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970	2	X		
11	Decreto 68.703	03/06/1971	Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva.	6	X		X
12	Lei 5.664	21/06/71	Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º do Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969.	1	X	X	
13	Lei 5.692	11/08/1971	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	1	X		

#	Documento/ Legislação	Data	Ementa	Nº de UR	Categoria		
					Fortalecimento da EF e do Esporte?	Biologização	Esportivização
14	Decreto 69.053	11/08/1971	Fixa normas para a participação de estudantes em congressos científicos ou competições artísticas ou desportivas de âmbito nacional ou internacional, bem como delega competência ao Ministro de Estado da Educação e Cultura para a regulamentação dos casos concretos.	1			X
15	Decreto 69.450	01/11/1971	Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências.	17	X	X	X
16	Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil	1971	Levanta dados referentes a níveis e variáveis definidos para a educação física/desporto no Brasil. Parte de um modelo estabelecido por análise de sistemas, observando a realidade multidisciplinar. O grau de consistência desse tipo de apreciação permite alcançar uma política para efeito da ação do Governo Federal quando da utilização dos recursos da Loteria Esportiva. ²	59	X	X	X
17	Lei 6.251	08/10/1975	Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	2	X	X	X
18	Lei 6.354	02/09/1976	Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências.	3	X		
19	Lei 6.503	13/12/1977	Dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino	6		X	
20	Decreto 80.228	25/08/1977	Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.	5	X	X	X

² Retirado do resumo do livro "Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil" de 1971.

#	Documento/ Legislação	Data	Ementa	Nº de UR	Categoria		
					Fortalecimento da EF e do Esporte?	Biologização	Esportivização
21	Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED)	1976	Elaborada em conformidade com o que dispõe a Lei no 6.251, de 8 de outubro de 1975, esta política foi concebida como documento programático e tem por finalidade definir a ação do Ministério na área da educação física e desportos. ³	46	X	X	X
21	TOTAL			170	18	7	9

Tabela 1- Documentos analisados..

³ Retirado da apresentação do livro "Plano Nacional de Educação Física e Desportos" de 1976

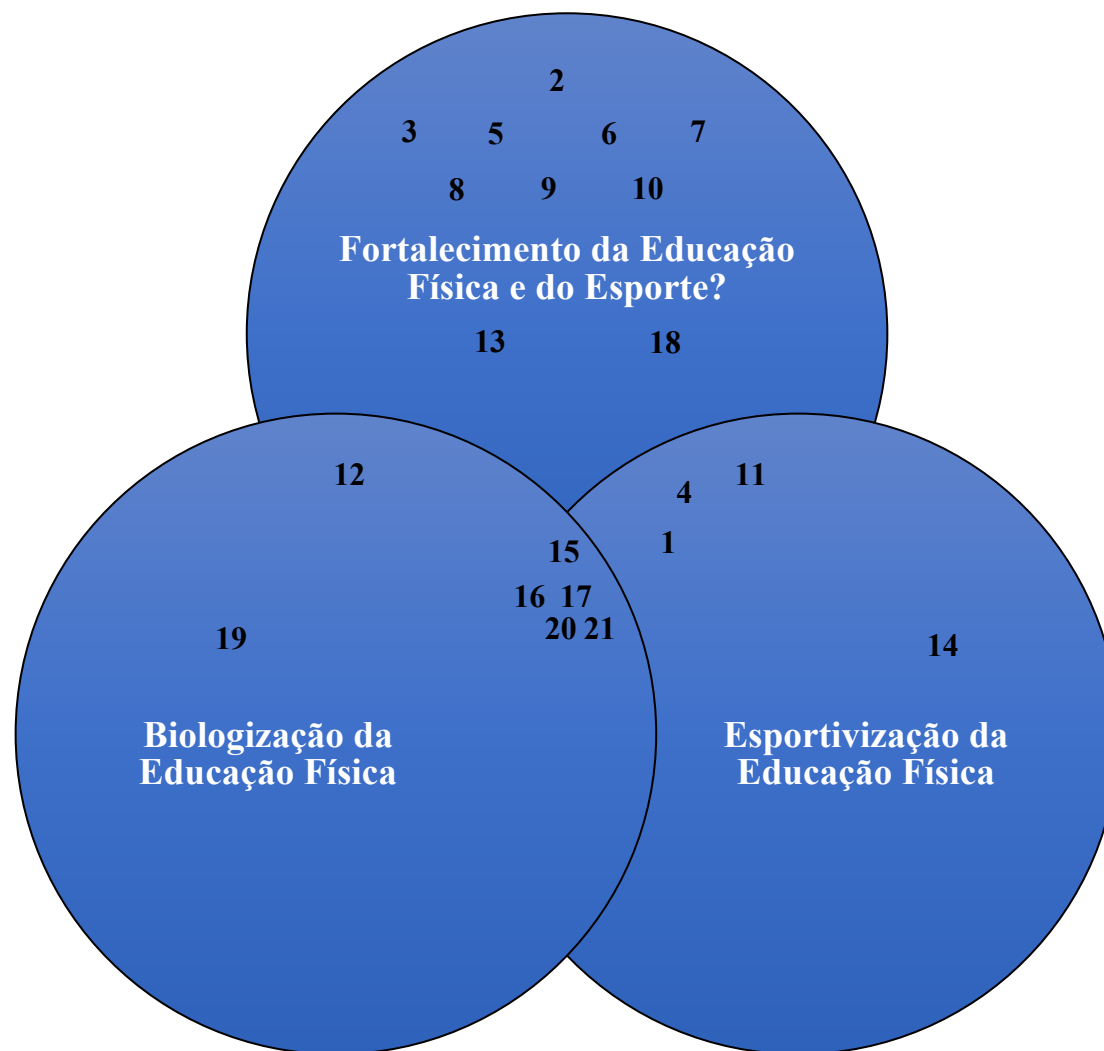


Figura 1- Distribuição dos documentos analisados conforme suas categorias.

5.1. Fortalecimento da Educação Física e do Esporte?

Evidentemente, políticas públicas como o Decreto-Lei 705/69, que tornou a educação física obrigatória em todos os níveis e ramos de ensino, o livro "Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil" e o PNED que trouxeram essa urgência em estruturar e centralizar ações por parte do governo federal para a área, e o Decreto-Lei 594/69 que instituiu a exploração da Loteria Esportiva e as legislações subsequentes que o regulamenta, até mesmo carregam consigo um grande avanço, mas não esqueçamos do contexto aqui estudado. Com os capítulos anteriores pode-se observar características do Regime Militar que exigem uma análise mais cautelosa de suas ações e intensões.

Em vista disso, inicialmente, essa categoria era denominada "Fortalecimento da Educação Física e do Esporte", porém no decorrer da análise e da relação contextual, seria ilusório mantê-la dessa forma, sem o ponto de interrogação. Essa pontuação surge justamente pelo seu objetivo literal, de questionar. Seria mesmo um período fértil para o crescimento da área? De certa forma, no senso comum entende-se que qualquer ação do poder público que visa estruturar, difundir e aumentar, seja por qual área que for, é para ela benéfica. Porém essa visão simplista do poder público e suas ações, combinada a importância e visibilidade que os governos militares deram à educação física e ao esporte, pode acarretar um pensamento frágil de que o fortalecimento deles é indiscutível nesse período histórico aqui estudado.

Dos dezenove documentos analisados, dezoito enquadraram-se na categoria de fortalecimento da área de forma direta. Ou seja, há fortes indícios de que o crescimento da área era realmente almejado por esse grupo. E por quê? Infelizmente esse trabalho não logra no sentido de respondê-la concretamente, dada as suas limitações, mas é possível trazer algumas inferências.

O fortalecimento da área, dentre todas as vias: da educação física enquanto componente curricular (Decreto 54.215/64, Lei 5.664/71, Lei 5.692/71, Lei 6.503, Decreto 69.450); do esporte (Decreto-Lei 594/69, Decreto 66.118/70, Decreto 68.702/71, Decreto 68.703/71, Lei 6.251/75, Lei 6.354/76, Decreto 80.228/77); e por vias mais estruturalizantes (Decreto 64.905/69, Decreto 66.296/70, Decreto 66.967/70, e os livros "Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil" e PNED), justifica-se ao identificá-la como mais um mecanismo de se assegurar os almejados status quo e desenvolvimento econômico pelos militares. Nada adiantaria investir em uma agenda voltada a esse plano sem que ela assumisse um papel relevante na sociedade.

Outro ponto que trouxe maiores questionamentos acerca desse possível fortalecimento da área, foi a hipervalorização do esporte de rendimento. Ao centralizar os esforços e o foco para a formação de atletas e a construção de uma forte nação esportiva, por exemplo, há uma grande possibilidade de promover um enfraquecimento das demais áreas da Educação Física. Visto que elas possuem outras potências, que o esporte e reduzi-las a ele impede o seu desenvolvimento integral.

Esses pontos serão mais bem explorados nos próximos dois capítulos, mas de antemão vale reforçar que a educação física está inserida não só na área da educação, enquanto componente curricular, - e o plano já discutido no capítulo anterior, dedicado a sua contextualização, no qual encontram-se as interferências sofridas que possivelmente podem ter atingido também a educação física – mas no âmbito cultural ao considerar o esporte um fenômeno relevante para a sociedade brasileira, também se mostra como grande aliado para colocar no plano concreto os desejos dos militares. Salienta-se, por exemplo, o futebol, mas os esportes olímpicos também carregam consigo uma possibilidade de reforçar os ideais nacionalistas e de grande nação.

5.2. Biologização da Educação Física

A biologização pode ser entendida como um processo no qual o indivíduo é encarado somente pela sua constituição corpórea, ou seja, biológica. Isso na educação física acarreta em práticas que visam somente melhorar a aptidão física e as demais capacidades físicas. Esse processo contribui diretamente para as agendas econômicas e sociais almejadas pelos militares, uma vez que corpos bem treinados possibilitam a criação de mão de obra tanto para o mercado de trabalho, quanto para o serviço militar e para um ideal hegemônico de nação forte.

Esses ideais são explorados no PNDE, na sua legislações regulamentadora (Lei n. 6.251/75) e no livro "Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil" ao relacionar diretamente a aptidão física à valorização do homem e suas capacidades de ação; ao priorizar o aprimoramento da aptidão física da população brasileira; e reconhecer a inaptidão física como um empecilho para o serviço militar e para o desenvolvimento do esporte de rendimento, o qual também aparece no Decreto n. 80.228/77, que em seu artigo 9º atribui aos órgãos especializados das Forças Armadas o planejamento e a supervisão das “atividades concernentes ao teste de aptidão física do contingente anualmente incorporado e as de seleção dos conscritos dotados de condições potenciais que possibilitem a obtenção de altos índices desportivos”.

A biologização nesses exemplos se explica também pela sua inevitabilidade em um contexto onde o esporte de rendimento é priorizado. Sem ela não é possível que se desenvolva uma potência olímpica, uma vez que os atletas dependem estritamente de suas capacidades físicas para se tornarem melhores.

Já a Lei n. 5.664/71 e 6.503/77, as quais tornam facultativa a prática em contexto educacional para aqueles que sejam estudantes do período noturno e trabalham, maiores de trinta anos, prestadores do serviço militar, entre outros, também reforça essa ideia, pois ao isentar esses indivíduos, acaba por revelar os verdadeiros interesses para com a educação física em contextos educacionais.

Além disso, o Decreto n. 69.450/71, o qual estabelece a aptidão física como "a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino" fortalece ainda mais esse conceito. Nela a aptidão física deve: ser melhorada desde o ensino primário; servir de critério de seleção das turmas junto ao sexo.

5.3. Esportivização da Educação Física

O conceito de esportivização, nesse contexto, pode ser entendido como a redução da educação física escolar e do lazer ao esporte, especialmente ao esporte de rendimento. Primeiramente, cabe ressaltar dois pontos: 1) Esse fenômeno não ocorreu de forma exclusiva ou inédita durante o regime militar, porém foi nele que essa prática se tornou ainda mais hegemônica. 2) A problemática não se encontra no esporte per se, mas na sua exclusividade como estratégia de ensino e conteúdo da educação física no contexto escolar e/ou no lazer, ainda mais onde ele pode ter sido utilizado como ferramenta política.

Reforçando esse processo de esportivização pode-se apontar os seguintes documentos: o Decreto-Lei n. 705/69 que, ao providenciar a obrigatoriedade da prática de educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, destaca a prática esportiva no nível superior de ensino; o Decreto n. 54.215 que considera os Jogos Universitários Brasileiros como atividade universitária regular e; o Decreto n. 69.450/71 que prevê: a iniciação esportiva a partir da quinta série como pertencente ao programa de atividades, a assiduidade em educação física aos alunos de qualquer nível de ensino que participe de competições esportivas e a prioridade na concessão de bolsas para aqueles que "se sagrarem campeões desportivos, na área estadual, nacional e internacional, desde que tenham obtido aproveitamento escolar compatível".

Sobre o esporte enquanto ferramenta, é importante compreender como esse fenômeno cultural se relaciona e se manifesta em uma sociedade regida pelos ideais já comentados. Competição, alto rendimento, regras intransigentes, entre outros, são algumas características de várias comumente dadas tanto ao esporte de rendimento, quanto a uma sociedade capitalista. Portanto, esses valores, uma vez exaltados, reforçam e propagam ainda mais a ideologia dos militares e auxiliam no tão almejado desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, os Decretos n. 69.053/71 e 69.450/71 se alinham a esse pressuposto ao reconhecer: as participações em competições desportivas como um bem a nação e a moral; e o desenvolvimento de forças morais e cívicas através da educação física, respectivamente.

O livro "Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil", ao ilustrar o sistema desportivo no modelo de pirâmide, colocou o esporte de rendimento no topo, logo subjugando os demais. Com esse modelo hierárquico é possível compreender como a educação física escolar e o lazer passam a atender outros interesses que não os próprios, como por exemplo, a formação de atletas. Inclusive, até mesmo os recursos da Loteria Esportiva atingiram as instituições de ensino. A sua destinação prevista pelo Decreto n. 68.703/71 incluiu projetos de todos os níveis e ramos do ensino. Tais interesses, não afetam somente os conteúdos escolares da educação física, ao preponderar o esporte, mas o seu modo de ensinar. Além disso, o Decreto n. 80.228/77 em seu artigo 139 atribuiu ao MEC as responsabilidades de:

"I - promover e realizar os eventos desportivos escolares de caráter nacional;
II - representar o desporto escolar no exterior e relacionar-se com as entidades dirigentes internacionais;
III - selecionar e preparar equipes representativas do desporto escolar para competições internacionais;
IV - difundir e incentivar, em todos os níveis do meio escolar, a prática dos desportos;
V - supervisionar a realização dos Jogos Escolares Regionais e Estaduais, bem como baixar normas gerais para sua execução."

Uma vez que o esporte de rendimento, independente da modalidade questionada, exige uma expertise técnica e é por meio dela que os atletas se diferenciam como melhores, o tecnicismo cabe perfeitamente como ferramenta educacional e a educação física o incorpora, ao encontro da tendência educacional ilustrada no capítulo anterior, dedicado à contextualização da educação no Brasil durante regime militar. A Lei n. 6.251/75 que define quatro dos cinco objetivos básicos da Política Nacional de Educação Física e Desportos voltados somente à prática esportiva, como a sua difusão e intensificação e a elevação do nível técnico também o corrobora.

O próprio PNDE, ao listar as grandes áreas da educação física, a coloca lado a lado do desporto estudantil e até mesmo as trata como uma só ao estabelecer objetivos comuns. Dessa forma, contribui para o corriqueiro engano de que essas duas áreas são as mesmas, não bastando a hegemonização dos conteúdos da educação física escolar.

Diante dessas considerações, pode-se entender que a esportivização foi amplamente semeada pelos militares. Dentre dezenove documentos analisados, oito, ou seja, quase metade deles, continham em seu corpo de conteúdo reforços diretos à prática de esportes, seja em contextos escolares e de nível superior de ensino, ou no âmbito do lazer. E até mesmo, em alguns deles, os apelos nacionalistas foram evidenciados, não obscurecendo os papéis "moralizante" e coercitivo do esporte, logo não deixando dúvidas acerca dos interesses desse grupo ao considerar o esporte parte de sua agenda política.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas bibliográficas, combinada a análise de conteúdo das políticas para a educação física durante o período do regime militar, é possível inferir que a hipótese de instrumentalização dessa área é um tanto próspera. Devido a relação, aqui estabelecida, entre os planos político, econômico e social dos militares com a sua agenda para a educação física e o esporte, da qual foi possível extrair suas intimidades e extremamente íntima e monopolizada por esse grupo.

Ainda assim, o presente trabalho se configura inconclusivo, pois ele apenas se aprofundou nas políticas públicas e nos referenciais teóricos, os quais também se mostram deficientes de análises do plano concreto das ações. Até que ponto essas legislações retratam aquela realidade? Para responder esse questionamento é imprescindível a realização de estudos historiográficos, mas as contribuições desse e dos trabalhos aqui citados logram nesse sentido, de resgatar nossa história.

Para além do resgate, é válido compreender seus significados para a atualidade, uma vez que Gortázar (2020), referindo-se ao atual Presidente Jair Messias Bolsonaro e suas ações, afirma: “confrontos com outros poderes do Estado, ataques à imprensa, à ciência, à história” indicam uma proximidade ao momento aqui estudado, e não em vão.

Essas características descritas são algumas das facetas conservadoras em construção no país e nelas pode-se incluir o apoio constante a intervenção militar (SANTOS, 2016) - num anseio pelo retorno do regime aqui estudado - e o expressivo aumento de militares em cargos políticos (SHINOVARA, 2019). Sendo assim, o esforço aqui empregado contribui também para refletir acerca das implicações latentes que esses anseios buscados atualmente por essa parcela da sociedade e por alguns representantes políticos representam, especialmente para a área da Educação Física.

7. REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BATISTA, G.; GONÇALVES JUNIOR, L. **A educação física escolar no período da ditadura militar**: análise de depoimentos de ex-alunos da cidade de Brotas/SP. Seminário de Estudos em Educação Física Escolar, 3º, 2010.
- BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015.
- BELUZO, M. F. **O Mobral e a alfabetização de adultos**: considerações históricas. 2015.
- BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991.
- BETTI, M. Educação física e sociedade: a educação física na escola brasileira. 3. ed. **Rev. Ijuí**: Ed. Unijuí, 2020.
- BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, (Tese de Doutorado) 2008.
- BRACHT, V. A educação física escolar no Brasil: o que ela vem sendo e o que pode ser (elementos de uma teoria pedagógica para a educação física. **Rev. Ijuí**: Ed. Unijuí, 2019.
- BRASIL. Constituição (1967) **Emenda Constitucional n.1, de 24 de janeiro de 1969**. Brasília, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 26 mai. 2021.
- BRASIL. Decreto n. 54.251, 27 de Agosto de 1964. Considera os Jogos Universitários Brasileiros como atividade universitária regular. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 31 de agosto de 1964. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-594-27-maio-1969-374108-publicacaooriginal-1-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54215-27-agosto-1964-394341-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=de%201941%2C%20decreta%3A-,Art.,freq%C3%BC%C3%AAncia%20como%20atividade%20universit%C3%A1ria%20regular.>>. Acesso em: 11 out. 2020.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. 594, 27 de Maio de 1969. Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de Maio de 1969. Disponível em: <. Acesso em: 11 out. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 705, 25 de Julho de 1969. Altera a redação do artigo 22 da Lei n. 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de Julho de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0705.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.
- BRASIL. Decreto n. 64.905, 29 de Julho de 1969. Provê sobre a constituição de Grupo de Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 de Julho de 1969. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64905-29-julho-1969-406416-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 66.118, 26 de Janeiro de 1970. Regulamenta o disposto no Decreto-Lei n. 594, de 27 de Maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de Janeiro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66118.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 66.296, 03 de Março de 1970. Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de Março de 1970. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66296-3-marco-1970-407656-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 66.967, 27 de Julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de Agosto de 1970. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 68.702, 03 de Junho de 1971. Dá nova redação ao artigo 15 do Decreto n. 66.118 de 26 de Janeiro de 1970. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de Junho de 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68702-3-junho-1971-410445-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 68.703, 03 de Junho de 1971. Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de Junho de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68703.htm#:~:text=D68703&text=DECRETO%20No%2068.703%2C%20DE,dos%20Recursos%20da%20Loteria%20Esportiva.>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 5.664, 21 de Junho de 1971. Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º do Decreto-Lei n. 705, de 25 de Julho de 1969, que altera a redação do artigo 22 da Lei n. 4.024, de 20 de Dezembro de 1961 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de Junho de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5664.htm#:~:text=LEI%20No%205.664%2C%20DE,e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 5.692, 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de Agosto de 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20Para%20efeito%20do,m%C3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau.>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 69.053, 11 de Agosto de 1971. Fixa normas para a participação de estudante em congressos científicos ou competições artísticas ou desportivas de âmbito nacional ou internacional, bem como delega competência ao Ministro de Estado da Educação

e Cultura para a regulamentação dos casos concretos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de Agosto de 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69053-11-agosto-1971-410865-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 69.450, 01 de Novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei n. 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de Novembro de 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 6.251, 08 de Outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de Outubro de 1975. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6251-8-outubro-1975-357712-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Institui%20normas%20gerais%20sobre%20desportos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=3%C2%BA%20A%20Uni%C3%A3o%2C%20os%20Estados,desportos%20em%20suas%20diversas%20modalidades.>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 6.354, 02 de Setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de Setembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16354.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.354%2C%20DE%202%20DE%20SETEMBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de,Art%20.>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 6.503, 13 de Dezembro de 1977. Dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de Dezembro de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16503.htm#:~:text=L6503&text=LEI%20No%206.503%2C%20DE,graus%20e%20ramos%20do%20ensino.>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 80.228, 25 de Agosto de 1977. Regulamenta a Lei n. 6.251, 08 de Outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de Agosto de 1977. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80228-25-agosto-1977-429375-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

CARVALHO, C. M. Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil. 2013.

DACOSTA, L. P. Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.

DE CAMARGO, P. R.; MEZZADRI, F. M. A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). **Motrivência**, v. 30, n. 53, p. 52-68, 2018.

DAGNINO, R. et al. Metodologia de análise de políticas públicas. Campinas: Grupo de Análise de Políticas de Inovação, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

DOS SANTOS, L. R. MOBIL: a representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da Alfabetização de Adultos. **Revista Crítica Histórica**, v. 5, n. 10, 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 11ªed, São Paulo: EDUSP, 2003.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

GORTÁZAR, N. G. Bolsonaro acelera deterioração da democracia no Brasil. **EL PAÍS**, São Paulo, 12 jan. 2020. Disponível em: <
https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564_993293.html > . Acesso em: 25 maio de 2021.

GUTERMAN, M. Médicos e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 29, n. 01, 2004.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. Cengage Learning Editores, 2003.

JUNIOR, P. G. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. Manole, 2009.

LOPES, L. S. As interferências e interlocuções de Castelo Branco no futebol e os precedentes para a militarização do futebol brasileiro. **Revista Cantareira**, 2019.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. Print.

NETO, A. S. **História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais**. Salta, 2015.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PÁDUA, T. O Ato Institucional No. 5 e o Supremo Tribunal Federal como seu Banco de Prova: “O Processo da Greve do Sexo” no STF, **Observatório da Jurisdição Constitucional**, v. 5, 2012.

PITTS, B. "O sangue da mocidade está correndo": a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, p. 39-65, 2014.

REI, B. D.; LÜDORF, S. A. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Journal of Physical Education**, v. 23, n. 3, p. 483-497, 2012.

REIS, D. A. **A ditadura que mudou o Brasil**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 12º ed, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2001.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, H. L. S. **Ditadura militar e futebol**: a origem do esporte e sua utilização como ferramenta para legitimar os governos autoritários no Brasil. (Trabalho de Conclusão de Curso) 2015.

SANTOS, B. F. Um a cada três brasileiros apoia intervenção militar no país. **EXAME**, São Paulo, 20 dez. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SHINOHARA, G. S. Número de militares da ativa no governo federal cresce 13% com Bolsonaro. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 05 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/numero-de-militares-da-ativa-no-governo-federal-cresce-13-com-bolsonaro-23854701>>. Acesso em 27 ago. 2020.

TORRES, M. G. O Ato Institucional nº 2: lutas judiciais, imprensa e divergências na ditadura civil-militar (1964-1965). **Revista História: Debates E Tendências**, v. 19, n. 3, p. 457-476, 2019.

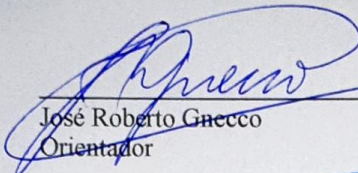
7.1. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

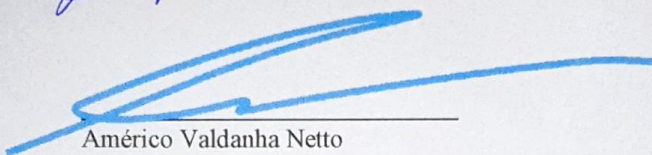
OLIVEIRA, M. A. T. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2004.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

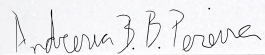
TIBURI, M. Quem defende o indefensável? Categorias psicopolíticas para entender o Brasil atual. **CULT**, São Paulo, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/categorias-psicopoliticas-para-entender-o-brasil/>; Acesso em 27 ago. 2019.



José Roberto Gnecco
Orientador



Américo Valdanha Netto
Coorientador



Andressa Braw Brito Pereira
Aluna